

CT.CC.Nº 250/75

13/10/75

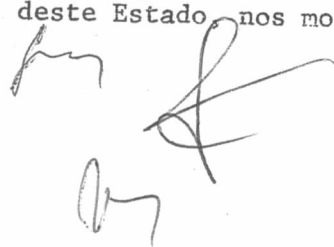
Contrato de Concessão para exploração dos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários que, entre si, celebram o Município de SÃO JOSÉ DO BELMONTE no Estado de Pernambuco e a COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO.

Aos treze (13) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e cinco, o Município de SÃO JOSÉ DO BELMONTE no Estado de Pernambuco, representado neste ato pelo seu Prefeito, Engº Walmy Campos Bezerra devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 462/75 de 23 de setembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco, doravante denominado simplesmente Município e a COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO, sociedade de economia mista estadual, inscrita no CGC MF sob o nº 09.769.035/001, com sede na Avenida Cruz Cabugá, 1387 - Santo Amaro, no Município do Recife-PE, daqui em diante designada COMPESA, devidamente representada neste ato e na forma legal e estatutária por seus Diretores abaixo assinados, firmam o presente Contrato de Concessão dos serviços de abastecimento de água e de esgotos sanitários do Município, mediante as seguintes condições:

1 - O B J E T I V O

1.1 - O Município, em face do que estabelece a Lei Municipal nº 462/75, de 23/09/75, concede, por este instrumento, à COMPESA o direito de implantar, ampliar, administrar e explorar, industrialmente, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, deste Município, pelo prazo de cinquenta (50) anos, a contar da data da assinatura do presente instrumento.

1.2 - A Concessão, estabelecida no subitem 1.1, estará sempre subordinada ao Programa Estadual de Abastecimento de Água - PEAG e ao Convênio celebrado entre o Banco Nacional da Habitação - BNH e o Estado de Pernambuco, visando ao equacionamento global e permanente do problema de abastecimento em Municípios deste Estado, nos moldes preconizados pelo Plano Nacional de Saneamento - PLANASA.



1.2.1 - Os serviços dos sistemas públicos de esgotos sanitários tam
bém ficarão subordinados à política estabelecida pelo Esta
do.

2 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA E AÇÕES

2.1 - O Município compromete-se a contribuir com recursos em di
nheiro, sob a forma de participação acionária no capital da
COMPESA, objetivando a implantação ou ampliação dos serviços concedidos, mediante a
celebração de respectivo Convênio.

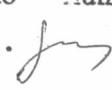
2.2 - O acervo constituído pelos equipamentos, obras, tubulações,
imóveis e outros bens pertencentes ao Município e que este
jam vinculados aos serviços públicos, ora concedidos, passarão à propriedade da -
COMPESA mediante correspondente participação acionária do Município, após a sua exa
ta descrição e avaliação, de acordo com o disposto no Decreto Lei 2.627 de 26 de se
tembro de 1940 e os estatutos sociais da COMPESA.

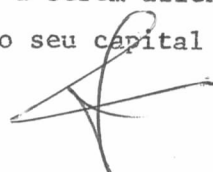
2.3 - A COMPESA emitirá, em favor do Município, ações nominativas
preferenciais ou títulos múltiplos que as representem, cor
respondentes ao valor dos recursos em dinheiro e/ou dos bens que forem incorporados
na forma estabelecida nos subitens 2.1 e 2.2 .

2.3.1 - A COMPESA poderá também emitir, provisoriamente, cau
telas que representem as ações, cabendo ao Município
o direito de, a qualquer tempo, solicitar a sua substituição por títulos simples, cor
rendo as despesas respectivas por conta do Município.

2.4 - O acervo, referido no subitem 2.2, será alienado ao Muni
cípio em qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a) no fim do prazo da concessão, não sendo este prorrogado;
- b) em caso de rescisão do contrato por culpa da COMPESA;
- c) em caso de liquidação da COMPESA, caso não sejam sucedi
das por outras entidades que venham a ser criadas com i
guais objetivos.

2.5 - A COMPESA obriga-se, na hipótese do subitem anterior, a re
ceber como pagamento dos bens a serem alienados ao Municí
pio, as ações representativas da participação deste, no seu capital social. 



3.

2.5.1 - Os bens serão alienados pelo valor a ser apurado na época, em que deva ser promovida a respectiva alienação, e as ações recebidas pela COMPESA, na oportunidade, pelo seu valor de mercado.

2.5.2 - Na hipótese do valor das ações não vir a ser suficiente para cobrir o preço dos bens a serem alienados ao Município, caberá a este efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente, na forma a ser combinada.

2.6 - Competirá a COMPESA receber, diretamente ou através do Município, recursos em dinheiro ou em bens, destinados por quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou externas, aos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, bem assim os consignados nos Orçamentos da União, do Estado ou do Município.

2.6.1 - Os recursos, referidos neste subitem, poderão ser efetivados mediante participação acionária das aludidas entidades, quando por elas exigidos.

3 - DESAPROPRIAÇÃO E SERVIDÃO

3.1 - A COMPESA poderá promover, na forma da legislação em vigor, desapropriações por necessidade ou utilidade pública e estabelecer servidão de bens e direitos necessárias à execução e exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Município.

3.1.1 - O Município, mediante solicitação fundamentada da COMPESA, tomará a iniciativa de declarar através de Decreto, a necessidade em utilidade pública para os efeitos deste subitem, praticando os atos necessários a sua efetivação.

3.1.2 - A desapropriação poderá abranger áreas necessárias à implantação de sistema e/ou futura ampliação.

3.1.3 - A COMPESA, declarada a utilidade pública, poderá efetivar diretamente a desapropriação, mediante acordo com os interessados ou através de competente ação judicial.

3.1.4 - A COMPESA poderá utilizar, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, para a execução dos serviços ora concebidos.



4 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.

4.1 - O Município indenizará a COMPESA pelo valor dos investimentos por esta realizados no Município e tudo mais que a COMPESA julgar legal atribuir, como vantagem, em decorrência deste Contrato.

4.1.1 - Até o efetivo cumprimento das obrigações estipuladas neste subitem, é vedado ao Município explorar, diretamente, esses serviços ou conceder a sua exploração a qualquer outra entidade pública ou particular, podendo a COMPESA, se assim o entender, continuar na prestação dos serviços até o efetivo recebimento da indenização.

4.2 - O Município executará os serviços de recomposição do calçamento das ruas danificadas, em virtude das obras de construção e reparos de redes públicas, destinadas ao abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como dos ramais domiciliares, cabendo as despesas ao interessado ou responsável pelos referidos serviços.

4.2.1 - Se o Município tiver de realizar modificações nos nivelamentos das ruas ou nos seus traçados, exigindo tais obras alterações ou remoções de canalizações, as despesas, com estas, correrão por sua conta.

4.3 - Será de responsabilidade do Município o pagamento das contas devidas por banheiros, lavandarias, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotamento sanitário utilizados pelo Município ou destinados ao uso público.

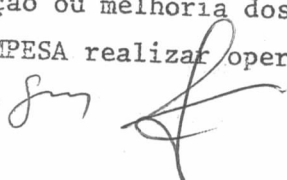
4.4 - O Município obriga-se a impedir, por meio de legislação adequada e fiscalização efetiva, quaisquer obras ou atividades que venham a por em perigo um ou mais elementos dos sistemas, com especial atenção a aquelas que possam causar contaminação do sistema de abastecimento de água ou perigo à saúde pública.

4.5 - O Município executará, por solicitação da COMPESA, os serviços de sua alçada que se tornem necessários à proteção dos elementos dos sistemas.

5 - OBRIGAÇÕES DA COMPESA

5.1 - Para a implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de água e esgotos, poderá a COMPESA realizar operações de crédito com entidades financeiras nacionais ou externas.

7



5.

5.2 - A classificação dos usuários dos serviços de água e esgotos sanitários, e as condições de prestação dos serviços serão, doravante, atribuições da COMPESA a serem fixadas no seu regulamento.

5.3 - Quaisquer obras a serem executadas nos serviços ora concedidos, visando ampliações e melhorias, serão previamente projetadas e orçadas.

5.4 - A COMPESA manterá, no Município, instalações adequadas para administração dos serviços locais.

5.5 - A COMPESA fica autorizada na forma do que estatui a Lei Municipal nº 162/75, de 23/09/75, a fixar a política tarifária, estabelecer os preços e a arrecadar a receita proveniente da exploração dos serviços concedidos.

5.5.1 - As tarifas serão fixadas e reajustadas periodicamente, de modo a assegurar as despesas operacionais e de manutenção, as despesas com amortizações, juros e outros encargos financeiros e, ainda, o acúmulo de reserva para expansão dos sistemas.

6 - D I V E R S O S

6.1 - Não será fornecida água, nem serão prestados serviços de esgotos sanitários, gratuitamente, a nenhum prédio ou propriedade pública ou privada.

6.2 - A COMPESA não se responsabilizará pelas interrupções do fornecimento de água ou do funcionamento do serviço de esgotos sanitários, decorrentes de motivos de força maior, tais como: greves, inundações, acidentes, comoção pública, guerra, etc.

6.3 - A COMPESA não se obriga pelo pagamento de quaisquer débitos contraídos pelo Município.

6.4 - O Poder Executivo Municipal tomará as devidas providências para participar acionariamente no capital da COMPESA com recursos em dinheiro, bem como para incluir nos planos de aplicação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dotações necessárias à integralização dos recursos referidos nesta cláusula.





**Ampliação ou
Melhorias ...**

6.4.1 - O cumprimento deste subitem ficará subordinado às -
necessidades financeiras decorrentes da **Implantação**

dos serviços ora concedidos, sempre de acordo com as possibilidades-
do Município.

6.5 - Como garantia e/ou forma de pagamento referente à partici-
pação acionária do Município em dinheiro, o Poder Executivo
Municipal tomará as providências para conferir à COMPESA poderes amplos, especiais
e irrevogáveis para levantar junto a órgãos do Governo Federal, Estadual e a Bancos,
recursos oriundos de verbas federais ou estaduais, inclusive as parcelas do Fundo
de Participação dos Municípios (FPM), as quotas do Imposto de Circulação de Mercado-
rias (ICM) ou outros tributos que porventura venham a substituí-los, e os saldos dos
depósitos bancários até o limite necessário para pagar por todos os encargos
convencionados ou ajustados.

7 - R E S C I S Ã O


7.1 - Este Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo inde-
pendente de notificação judicial ou extrajudicial, nos se-
guintes casos:

- a) Mútuo acordo entre o Município e a COMPESA;
- b) Inadimplemento de suas cláusulas;
- c) liquidação da COMPESA;
- d) por comprovado interesse público.


8 - F O R O

8.1 - Para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento,
elegem as partes o Foro da Comarca do Recife, Capital do Es-
tado de Pernambuco, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes de mútuo e pleno acordo com as cláusulas e
condições aqui estabelecidas, assinam o presente instrumento em quatro (4) vias
de um único teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas

e a tudo presentes. 


Recife, 13 de outubro de 1945




RINALDO ALBUQUERQUE CYSNEIROS
Diretor Presidente em Exercício



ENGº JOSÉ BUSNATSKY
Diretor de Projetos e Obras



ENGº LUCIANO MAURÍCIO DE ABREU
Diretor de Finanças



ENGº WALMY CAMPOS BEZERRA
Prefeito do Município de
SÃO JOSÉ DO BELMONTE

TESTEMUNHAS:

Raimundo Romário Feres

Rosa Elvira Santos